



Redes. Revista do Desenvolvimento
Regional

ISSN: 1414-7106

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul
Brasil

Vogt, Olgário Paulo; Radünz, Roberto
DE MATRIZ CONSERVADORA A UMA POSTURA PROGRESSISTA: CATOLICISMO
SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL – RS – BRASIL
Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp.
124-141
Universidade de Santa Cruz do Sul
Santa Cruz do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056835007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DE MATRIZ CONSERVADORA A UMA POSTURA PROGRESSISTA: CATOLICISMO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL – RS – BRASIL

FROM A CONSERVATIVE MATRIX TO A PROGRESSIVE ATTITUDE: SOCIAL CATHOLICISM IN RIO GRANDE DO SUL (RS) - BRAZIL

Olgário Paulo Vogt

Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Roberto Radünz

Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Resumo: O ano de 1912 marcou a passagem do centenário do *Volksverein* (Sociedade União Popular), a atual Associação Theodor Amstad. Fundada por inspiração de padres jesuítas, a entidade procurou congregar os católicos de descendência alemã do RS promovendo o catolicismo social. A organização de cooperativas é um dos principais legados do *Volksverein*. O objetivo do artigo é analisar as origens da Sociedade União Popular no estado, cuja organização inspirou-se em sua congênere existente na Alemanha. De matriz conservadora ou mesmo reacionária, em território gaúcho o catolicismo social assumiu uma face progressista contribuindo para o desenvolvimento de extensas regiões coloniais.

Palavras-chave: Catolicismo social, cooperativismo, desenvolvimento regional, colonização alemã.

Abstract: In the year 1912 it was celebrated the centenary of the *Volksverein* (Sociedade União Popular), currently known as Associação Theodor Amstad. Founded by inspiration of Jesuit priests, the association aimed at congregating Catholics of German descent in RS, thus promoting social Catholicism. The organization of cooperatives is one of the main legacies of the *Volksverein*. The objective of this paper is to analyze the origins of the Sociedade União Popular in the State, whose organization was inspired in a similar one already existing in Germany. Being originally conservative or even reactionary, in Rio Grande do Sul the social Catholicism took on a progressive air, thus contributing for the development of vast colonial regions.

Key words: Social Catholicism, cooperative movements, regional development, german colonization.

INTRODUÇÃO

A chegada de imigrantes alemães a partir de 1824 e a fundação de colônias na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul abriu caminho para a experiência produtiva baseada na mão de obra familiar e na policultura. Os imigrantes, recebidos na condição de colonos, deveriam voltar seus esforços para produzir alimentos que seriam destinados aos centros urbanos. Antes disso, porém, tiveram que lidar com a própria sobrevivência. Um ditado corrente nas colônias alemãs resumia esse sentimento: “primeiro vem a morte, depois a necessidade e só por fim o pão” (RADÜNZ, 2008).

Com alguma generalidade, é possível afirmar que a colonização teuto-gaúcha já se mostrava consolidada no último quartel do século XIX. Esse período coincide com um amplo movimento de organização colonial em torno do tripé cultural formado por sociedade, escola e igreja. Esse movimento de articulação sociocultural entre os imigrantes alemães começou nas próprias colônias. Cada grupo, radicado localmente, organizou sua escola, fundou suas sociedades e erigiu sua comunidade religiosa, católica ou protestante. Entre esses grupos, nos primórdios da colonização, os contatos eram difíceis pela própria realidade do processo inicial da ocupação territorial. No final do século XIX, essa realidade começou a mudar com a organização dos sínodos religiosos, das associações de professores e das primeiras cooperativas com abrangência regional ou estadual.

Este artigo problematiza a organização do associativismo católico no RS no início do século XX, depois de uma série de experiências anteriores, na Europa e no sul do Brasil, as quais objetivavam congregar colonos com vistas a evitar aquilo que os próprios líderes do movimento chamavam de uma possível “caboclicização” dos teuto-brasileiros. Nesse sentido, busca-se analisar as experiências associativo-religiosas europeias e suas respectivas adaptações em solo gaúcho. Por fim, analisar o caráter conservador inicial do associativismo católico que, em um novo ambiente, adquiriu características distintas de sua matriz europeia.

ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS: CATÓLICOS E LUTERANOS

No RS, foi principalmente a partir de 1870 que as Igrejas, tanto católica quanto evangélica, passam a registrar um “surto extraordinário de organização, crescimento e presença no cenário religioso, político-social e educacional da Província” (KREUTZ, 1991, p. 62). Esse revigoramento do cristianismo nas colônias alemãs está ligado a cinco fatores principais. O primeiro deles está umbilicalmente ligado com a influência provocada pelo movimento de Restauração Católica e o Movimento de Reavivamento Evangélico ocorridos na Europa. A Restauração Católica teve enormes repercussões na região do Hunsrück, local de onde provinha a maior parte dos imigrantes alemães católicos que se radicaram na Província. Já os protestantes passaram, durante o século XIX, pelo Movimento de Reavivamento, que atingiu uma grande região da Alemanha, sendo particularmente intenso na Renânia e na Westfália.

O segundo fator diz respeito às sequelas provocadas pela *Aufklaerung*¹ no clero alemão, especialmente entre os jesuítas. Em 1872, muitos dos clérigos que haviam sido forçados a deixar a Alemanha por determinação de Bismarck, vieram exercer seu trabalho pastoral e missionário entre os teutos e descendentes do RS.

O terceiro fator está relacionado com a solicitação e o posterior envio de missionários protestantes alemães para atuarem nas comunidades luteranas da

¹ A *Aufklaerung* foi um movimento caracterizado pelo otimismo no poder da razão e que acreditava alcançar a organização social a partir de princípios racionais. Tomou feições anticlericais, opondo-se à supremacia das Igrejas, introduzindo o registro civil no lugar do atestado de batismo, secularizando o casamento e inibindo o funcionamento de escolas paroquiais (KREUTZ, 1991, 33).

Província. Com a chegada de pastores formados, as comunidades, a princípio autônomas e isoladas, passaram a ter uma organização mais centralizada, com a fundação, em 1886, do Sínodo Rio-grandense.

O quarto fator diz respeito ao avanço das ideias liberais e depois também da ideologia positivista no RS. Procurando reagir contra a penetração dessas ideologias entre a população de origem germânica é que padres católicos e pastores evangélicos partiram para uma ofensiva religiosa. Se entre os católicos alguns padres jesuítas se destacaram nesse trabalho, entre os luteranos coube ao pastor Wilhelm Rotermund papel principal.

O quinto fator se refere à chegada, no início do século XX, de missionários luteranos norte-americanos, mais precisamente do Sínodo de Missouri, ao RS. Atuando inicialmente em comunidades formadas por habitantes majoritariamente de origem alemã pouco assistidas pelos luteranos do Sínodo Rio-grandense, passaram a competir pela organização e influência dos fiéis luteranos. Em 1904, fundaram o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (RADÜNZ, 2008).

O catolicismo dos imigrantes diferia bastante daquele praticado no Brasil. Historicamente, o catolicismo de matriz ibérica havia-se constituído com o combate aos mouros e absorvido uma série de tradições de cristãos-novos, de escravos africanos e de indígenas (VAINFAS, 1995). Durante o período colonial, e mesmo após a independência, na época do Império, "a religião sofreu a influência perniciosa do regalismo e burocracia do Estado" (BALÉ, 1956, p. 13). Prevalencia, conforme Hans Jürgen Prien (2001, p. 86-87),

uma religiosidade exterior, quase folclórica, que se manifestava em procissões, desfiles de confrarias, espetáculos pirotécnicos, novenas e festejos eclesiais, ou tratava-se de um catolicismo meramente nominal, sem qualquer participação na vida sacramental (penitência e eucaristia).

A ligação direta da Igreja era com o Estado, com o Império brasileiro, e não com Roma. A edificação dos prédios das igrejas matrizes – que se constituíam em sedes paroquiais e passavam a ser a referência política e religiosa das Freguesias – e o provento dos clérigos era atribuição do Estado. Tanto no período colonial como na maior parte do Império, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos somente tinham validade se realizados por autoridade religiosa paroquial. Nos núcleos urbanos, as associações religiosas, denominadas de Irmandades, construíam suas capelas. Nas áreas rurais, grandes proprietários de terras e de escravos mantinham em seu poder seu próprio templo.

Dessa forma, no RS,

nas áreas de fazendas e de estâncias, as igrejas foram construídas pelos latifundiários. Eles as mantinham. Os lavradores e peões eram convidados para as missas e atividades nas igrejas. Nada faziam, porém, para sua construção e manutenção. Muito menos opinavam quando de

sua construção. Eram passivos. Igreja não era local de socialização. Era simplesmente lugar de culto (DREHER, 2004, p. 60).

Já nas áreas coloniais, pelo contrário, a construção da capela ou da igreja era sempre de iniciativa dos próprios fiéis que elegiam diretorias e comissões construtoras.

Além da contribuição pecuniária distribuída segundo os haveres, este deu uma árvore de cerne para o madeiramento, aquele forneceu as pedras para o fundamento, o terceiro trabalhou dez dias gratuitos como ajudante de pedreiro, o quarto doou um vitral para as janelas, o quinto é padrinho do sino, o sexto – toda a população ajudou com dinheiro, donativos, trabalho voluntário para a sua igreja, na qual, ao entrar, a saúdam as boas obras próprias e dos antepassados (BALÉN, 1956, p. 39).

Nas áreas coloniais, Igrejas e capelas não tinham somente função cültica. Constituíam-se em centros da vida social e cultural, pois o templo, juntamente com o cemitério, a escola, o salão de festas e o campo esportivo, formavam um conjunto.

Do lado dos católicos, foram os jesuítas que iniciaram e coordenaram o projeto reorganização religiosa. Os três primeiros jesuítas de língua alemã vieram em 1849. Contudo, foi somente a partir de 1872 que chegaram em maior número e que seu trabalho tomou consistência. Oriundos de um ambiente eclesiástico rigidamente organizado, eles transplantaram, quase que automaticamente, o quadro público de vida religiosa para o sul do Brasil. Receberam, com o passar do tempo, a colaboração de religiosos de outras congregações. Trabalharam com privações, não recebendo remuneração do Estado. Ao lado do rigor religioso, “motivaram os colonos a construírem igrejas, escolas e cemitérios, sem esperar por subvenções governamentais. Assim foram construídas, até o início do século XX, centenas de capelas e igrejas, e as crianças foram alfabetizadas (PRIEN, 2001, p. 87-88).” Ao lado das comunidades religiosas, a imprensa, o associativismo e a escola paroquial constituíram a base de sustentação do seu projeto de organização comunitária de vida.

Os padres jesuítas procuraram recriar e adaptar algumas experiências que haviam sido bem sucedidas na Europa, particularmente na região do Hunsrück, na Renânia, área localizada no atual Rheinland Pfalz. Dessa área, localizada no Sudoeste da Alemanha, eram procedentes a maioria dos imigrantes teutos católicos do RS. Nessa região montanhosa, em que predominavam as pequenas explorações familiares camponesas, havia se constituído, segundo Lúcio Kreutz (1991), uma milenar tradição católica. Durante as guerras napoleônicas resultantes da Revolução Francesa de 1789, o Hunsrück havia sido dominado pelos franceses, que secularizaram os bens do clero católico, ocasionando a desestruturação organizacional da Igreja. Além de perder a sua autonomia econômica e sua influência política, a Igreja também foi abalada por uma profunda crise espiritual e

religiosa. Nesse ambiente, floresceram movimentos de renovação católica como o ultramontanismo, o romantismo e o catolicismo social.

O ultramontanismo objetivava colocar o papado no centro de todas as orientações e decisões dos cristãos católicos. Esse movimento provocou o isolamento da Igreja alemã do poder do Estado local e colocou-a em crescente dependência da autoridade de Roma, o que posteriormente ocasionou uma série de conflitos políticos com o Estado alemão que, na segunda metade do século XIX, finalmente obteve sua unificação. O romantismo alemão foi um movimento de ideias nitidamente conservadoras que se manifestaram entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Constituiu-se de um movimento que fez renascer a espiritualidade sendo, sobretudo, uma reação ao iluminismo e ao liberalismo, que mais ou menos à mesma época inspiraram transformações políticas, econômicas, sociais e mentais. Os românticos alemães sonhavam com a unidade perdida com o fim do Sacro-Império e clamavam por uma comunidade ideal, projetada pela imaginação, ora no futuro, ora no passado. Promoveram a glorificação do passado medieval e feudal dos povos alemães e a valorização do tradicional, do popular e do nacional (KREUTZ, 1991, p. 20-25). O movimento da Restauração política e religiosa, após as derrotas napoleônicas, atingiu praticamente todos os países da Europa. Contudo, foi na Alemanha e na Itália que teve maior expressão. Particularmente nas comunidades rurais do Hunsrück, a Restauração Católica encontrou solo fértil para colocar em prática os ideais conservadores.

A Restauração Católica, valendo-se de princípios retrógrados, centralizadores, hierárquicos e autoritários, passou a condenar o mundo novo e seus valores e a crescente formação das nacionalidades. Nesse sentido, passou a investir "contra aquilo que entendia como os malefícios trazidos pelo liberalismo. Para entravar seu avanço, privilegiava as comunas rurais representadas como instância de vida política e religiosa saudável, em que se incrementava amplo associativismo" (KREUTZ, KUIAVA, NODARI, 2011, p. 93). Buscou a reafirmação clerical católica e o controle da sociedade civil. Sua ação renovou os quadros internos da Igreja, despertou um surto vocacional e missionário e fez vicejar colégios religiosos, organizações assistenciais, congregações religiosas, publicações e estimulou o associativismo sob a inspiração católica. A força mais combativa do movimento era a Companhia de Jesus.

O catolicismo social, no confronto que teve inicialmente com o liberalismo e o capitalismo, e posteriormente também com a democracia e o socialismo, buscou no passado, mais precisamente no corporativismo medieval, práticas para manter a ordem e os valores culturais vigentes. Portanto, o associativismo cristão alemão, originalmente, não teve características progressistas. Ao contrário, foi gestado em contraposição a um mundo de instabilidade social marcado pelo desenvolvimento industrial, pelo aumento do proletariado, pelas migrações que desestruturavam psicológica e afetivamente as comunidades rurais, pela concentração de renda, pela falta de trabalho, enfim de um clima propício para o desenvolvimento do radicalismo político e de movimentos de contestação social.

EXPERIÊNCIA E PRÁTICAS TRANSPLANTADAS PARA O SUL DO BRASIL

Na Alemanha, o ambiente de fervor religioso propiciou a mobilização de católicos que estruturaram uma poderosa rede de organizações. A partir de 1848, ali surgiram os *Katholikentage*. Nesses encontros, delegados de todas as associações católicas reuniam-se em assembleia, a cada ano, ou de dois em dois anos, para traçar orientações políticas para o social-catolicismo. Procurando influir e ter uma atuação política, os católicos alemães criaram também, em 1859, o Partido do Centro – *Zentrumspartei* –, agremiação partidária que passou a catalisar as aspirações e reivindicações dos católicos (SCHALLENBERGER; SCHALLENBERGER, 2012, p. 28). O partido teve destacada influência e representatividade no Império alemão, onde o número de cadeiras de deputados da agremiação cresceu de 67, em 1871, para 91 (1874), 94 (1878) e 100, em 1881. Conforme Cristoph Sachsse (1992, p. 540), no auge do *Kulturkampf*, mais de 80 por cento dos eleitores católicos alemães votavam no Centro.

Em 1890, sob a liderança de intelectuais, políticos, empresários e membros do clero, foi fundada a União Popular para a Alemanha Católica – *Volksverein* (SACHSSE, 1992, p. 544). O *Volksverein* foi a mais representativa organização associativa católica da Alemanha. Constitui-se na “associação do povo católico para promover e divulgar as ideias do catolicismo social mediante uma obra gigantesca de educação popular para lutar contra o socialismo e pela liberdade religiosa” (RITTER, apud SCHALLENBERGER, 2001, p. 93).

Os jesuítas – carro-motor da Restauração Católica – e o clero da Alemanha acabaram se chocando com o movimento da *Aufklaerung* (ilustração), mais identificado com os postulados do protestantismo. A *Aufklaerung* era particularmente forte na autoritária Prússia de Bismarck, onde tomou feições anticlericais, rejeitando a monarquia de direito divino e a supremacia das Igrejas. A oposição à Igreja Católica, mais especialmente aos padres jesuítas, levou o Império Alemão à elaboração da política do *Kulturkampf*.

O *Kulturkampf* se constituiu de uma multiplicidade de medidas, em grande parte legais, que tinham como objetivo restringir a ação e a influência católica na vida social, cultural e no sistema educacional da Alemanha, cuja sociedade estava em processo de formação industrial (HOBBSAWM, 1997). O boicote às leis do *Kulturkampf* criou um ambiente de perseguição religiosa, de prisões e de expulsões de muitos membros do clero e levou à proibição, em 1872, da Companhia de Jesus. “Expulsos da Alemanha, boa parte dos jesuítas foi trabalhar junto à colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde assumiram todo um projeto de atividades religiosas e sociais” sem precedentes (KREUTZ, 1991, p. 35).

Na Suíça, conforme registrou o padre Teodoro Amstad, os cantões de maioria católica também reagiram aos ideais revolucionários, anticlericais e liberais, que assolaram o país a partir de 1848. A exemplo do que ocorria na Alemanha, ali passaram a acontecer, periodicamente, os *Katholikentage*, responsáveis pela criação de associações de São Pio (sociedades de auxílio mútuo), um Partido Popular Católico e o *Volksverein* (Sociedade Popular) “para defender os seus

direitos religiosos e civis” (AMSTAD, 1981, p. 27-28). Os *Katholikentage* também se multiplicaram em território austríaco.

Sob a liderança dos padres jesuítas foram transplantadas para o sul do Brasil experiências que, ao menos, parcela dos imigrantes já havia vivenciado na Alemanha, mais precisamente na região do Hunsrück, cuja realidade se aproximava aos assentamentos de imigrantes alemães daqui. Para muitos, não constituía novidade alguma o surgimento, na nova *Heimat*, de velhas organizações com as quais já tinham travado contato na Europa. Sendo a matriz de referência transplantada e adaptada ao novo meio, as comunidades rurais foram organizadas e animadas por uma rede de proteção religiosa, cultural, recreativa e social. Foi com o intuito de preservar e de livrar os imigrantes e descendentes da contaminação dos ideais difundidos pelo liberalismo e pelo positivismo, que o catolicismo jesuíta empenhou-se numa espécie de cruzada ou de restauração religiosa. Foi por isso que houve a fundação de associações religiosas, a organização de paróquias e comunidades, a criação de escolas paroquiais e de associações de professores, o surgimento de casas de saúde, asilos e instituições de caridade, a realização dos *Katholikentage*, a estruturação do *Volksverein* e do cooperativismo, a criação do Partido Católico e de círculos operários.

No Brasil, a Proclamação da República realizada em 1889 extinguiu o padroado. Da separação da Igreja do Estado decorreu a laicização dos cemitérios e dos registros civis de nascimento e casamento. Os católicos que, de uma forma geral, durante o Segundo Império colocaram-se contrários ao avanço das ideias liberais e positivistas, passaram a temer conflitos com o novo regime político. A expulsão da Companhia de Jesus do território brasileiro, defendida dentre outros pelo Conselheiro de Estado, Rui Barbosa, era um dos receios concretos da cúpula da Igreja. Como meio de defesa à implantação de um eventual *Kulturkampf* no país, os católicos pretenderam, em 1890, agregar-se em torno de um Partido Católico Central ou Centro Católico. O *Zentrumspartei* organizou-se a partir das paróquias da região colonial alemã gaúcha, que eram dirigidas e administradas pelos padres jesuítas. A estruturação e a ação do Centro, no entanto, restringiram-se praticamente ao RS (RABUSKE, 1974, p. 34).

O *Zentrumspartei* foi apenas mais uma das transposições das experiências vivenciadas pelos missionários oriundos da Europa, no Sul do Brasil. Sua trajetória, entretanto, como registra René Gertz, não foi muito bem sucedida. Nas eleições de 1890, não conseguiu eleger representante algum (GERTZ, 1992). Seu papel em seguida seria esvaziado, na medida em que os deputados positivistas gaúchos, na constituinte, fizeram a defesa dos jesuítas e se comprometeram com a garantia de liberdade de culto, que foi assegurada pela Constituição Brasileira de 1891 (SCHALLENBERGER, 2001, p. 250). Cooptado pelos republicanos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, passou a fazer o aconselhamento político dos católicos, tarefa posteriormente também assumida pelo *Volksverein*. O Centro Católico não se constituiu, de fato, em partido político. Objetivou muito mais garantir a liberdade de ação e a

evangelização da Igreja Católica, proteger a propriedade eclesiástica, manter em funcionamento os seminários e as escolas das congregações religiosas e a veiculação dos periódicos publicados sob sua inspiração.

A presença dos jesuítas, no entanto, também provocou divisões e reações. Robert Avé-Lallemant (1980, p. 144), por exemplo, lamentava a atuação dos padres jesuítas, vindos da própria Alemanha. Segundo o médico, eles intimidavam as almas simples e a consciência dos colonos de ambos os credos, inquietando-os e levando-os a vacilações nos batismos, casamentos, nas confissões etc. A chegada dos padres da Companhia de Jesus teria acabado com o convívio cordial dos adeptos da Igreja Católica e da Evangélica. Alegou que, antes da entrada da Missão dos Jesuítas a São Leopoldo, os casamentos mistos eram frequentes. A intolerância dos missionários teria despertado rivalidades entre os adeptos dos dois cultos como também teria causado muitas discórdias em famílias, especialmente entre as que viviam sob o regime do casamento misto. Irmãos distanciaram-se e filhos se revoltaram contra os pais. Isso se daria mesmo na morte. E em tom irônico, alfinetou:

Que querem nas picadas de São Leopoldo os jesuítas, saídos das úmidas celas claustrais para oprimir as almas livres das serras? Aqueles dignos senhores devem sair da região; são um veneno para a prosperidade de São Leopoldo, embora não possam estorvá-la inteiramente, pois não há nada mais para entrar, nem católicos, nem evangélicos, nem casamentos mistos e seus descendentes (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 144).

Em Santa Cruz, a exemplo de outras tantas colônias, nos primeiros anos de colonização as divergências entre católicos e evangélicos praticamente não existiram. Os conflitos religiosos começaram a surgir na medida em que pastores e padres, provenientes da Alemanha, chegaram à região. A pregação antiprotestante, efetuada pelos jesuítas, foi uma das grandes responsáveis pela divisão da sociedade, impedindo muitos namoros e casamentos mistos, provocando discórdias entre famílias e reforçando o agrupamento por credo praticado. Como destaca Telmo Lauro Müller (1984, p. 27), “um casamento misto, antigamente era quase um dilúvio. Às vezes chegava a sê-lo. Houve casos de pais católicos considerarem mortos o filho ou a filha que tivesse casado na Igreja Evangélica.”

Essa divisão dos moradores de acordo com o credo religioso era mantida mesmo após a morte. Em muitos dos cemitérios existentes nas áreas coloniais do RS percebe-se a existência de uma segregação espacial conforme a religião praticada. Há cemitérios em que só eram enterrados católicos, assim como há cemitérios em que só eram sepultados evangélicos. Nos cemitérios mistos, normalmente as sepulturas dos católicos ficavam de um lado e as dos protestantes do outro lado do “campo santo” (MÜLLER, 1984).

A EXPERIÊNCIA COOPERATIVA E A INFLUÊNCIA RELIGIOSA

O RS é o berço do cooperativismo brasileiro. Seu surgimento está umbilicalmente ligado ao trabalho desenvolvido pelos jesuítas em território gaúcho e seu surgimento deve muito aos *Katholikentage*.

Como apontado anteriormente, a *Aufklaerung* indisputa setores do clero alemão com o Estado. A chegada de padres jesuítas ao RS – uma decorrência dessa disputa política travada na Europa – fez com que aqui os padres procurassem tomar medidas para proteger o rebanho formado por teuto-descendentes dos ideais liberais e positivista. O liberalismo entre a população de origem germânica foi divulgado especialmente por um grupo de *Brummers*, e também pelo jornalista Karl von Koseritz. Já o positivismo foi irradiado a partir da capital, Porto Alegre, que acabou concentrando o núcleo positivista mais forte do país. Para blindar os fiéis de ascendência alemã dessas ideologias, católicos e evangélicos promoveram, a partir do final do século XIX, uma espécie de “reavivamento espiritual” entre os seus fiéis. Ao mesmo tempo, os evangélicos reuniram as diferentes comunidades religiosas isoladas e, em 1886, criaram o Sínodo Rio-Grandense depois de uma série de tentativas anteriores frustradas. Partiram para a estruturação de novas comunidades religiosas, criaram escolas paroquiais evangélicas, investiram em jornais e em almanaques e procuraram organizar os produtores rurais com o fito de combater continuamente o liberalismo e o positivismo. Os católicos procuraram reproduzir em solo gaúcho organizações que haviam tido relativo sucesso na Alemanha. Dentre essas organizações, as mais importantes, talvez, tenham sido os congressos ou os dias católicos.

Os *Katholikentage*, ou Congressos Católicos de teuto-brasileiros, foram uma réplica das Assembleias Gerais de Católicos existentes na Alemanha, Suíça e Áustria. Naqueles países, esses encontros já tinham uma tradição de meio século quando começaram no sul do Brasil. No início, realizados anualmente e, posteriormente, a cada dois anos, se espelharam nos seus homônimos existentes na Europa. Conforme Schallenberger (2001, p. 252), a pauta dos sucessivos congressos girou em torno de quatro eixos temáticos fundamentais: a) a formação espiritual e intelectual; b) a conduta moral; c) a organização social; d) os problemas práticos do cotidiano dos teuto-brasileiros.² Esses encontros se tornariam os grandes germinadores do associativismo católico no Estado. As decisões dos congressos, embora aparentemente fossem tomadas pelos participantes, na verdade refletiam as intenções dos padres jesuítas de blindar os católicos das influências liberais e positivistas.

O I *Katholikentag* foi realizado em Bom Jardim (Ivoti), em 1897. No ano seguinte, na vila Harmonia, então distrito de Montenegro, ocorreu o segundo Congresso (RAMBO, 2012, p. 55). Teve no padre jesuíta Pedro Gasper, natural de Düren, Renânia, seu principal mentor (RABUSKE, 1974, p. 35-36). A criação do *Lehrerverein* (Associação dos Professores Paroquiais) foi o grande fruto desse II Congresso. Tanto a Associação dos Professores quanto os Congressos Católicos se

² Essa estrutura é retratada em matéria veiculada pelo jornal *Kolonie* a respeito do I Congresso do *Volksverein* em Venâncio Aires. *Kolonie*: 29/02/1912, p. 3.

institucionalizaram e funcionaram de forma mais ou menos regular até 1940 (RAMBO, 1996, 108-116). Desapareceram a partir de então, muito em decorrência da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo. A entidade editou o *Jornal do Professor (Lehrerzeitung)*, fez publicar manuais didáticos, incentivou a criação de associações escolares para manter e cuidar das escolas e fundou, em 1923, um educandário para a formação de professores – a Escola Normal Católica –, sediada inicialmente em Estrela, depois em Arroio do Meio e, por fim, em Hamburgo Velho.

No ano de 1936, o *Lehrerverein* chegou a ter 368 associados, abrangendo a maioria dos professores paroquiais católicos de então. Desde o início, esteve dividido em seções regionais - uma das quais era a de Santa Cruz do Sul -, o que viabilizava reuniões de professores locais e a estruturação da associação. No ano de sua fundação contou com oito seções regionais, número que foi ampliado para 20 em 1936 (KREUTZ, 1991, p. 108).

A preocupação com o bem-estar material dos colonos ficou refletida no Terceiro Congresso Católico, realizado em 1899 em Santa Catarina da Feliz. Naquela ocasião, sob a inspiração do padre Teodoro Amstad, e tendo como estereótipo os *Bauernvereine* existentes na Alemanha, houve a fundação da Associação Riograndense de Agricultores, cujo nome inicial também foi *Bauernverein*. Essa entidade, embora criada por católicos, era de natureza leiga, interconfessional e interétnica. Era um projeto "com vistas a promover o desenvolvimento das comunidades coloniais, no plano material, educacional, cultural, da saúde e do lazer, enfim o projeto de promoção humana em todos os níveis" (RAMBO, 2012, p. 57). Pretendeu ser uma espécie de federação que congregaria associações locais de agricultores.³ "Sua finalidade era a de pôr o Rio Grande do Sul em condições de ele mesmo remediar, na medida do possível, as suas necessidades em questão de gêneros alimentícios, de vestuário, ferramentas e instalações domésticas" (RABUSKE, 1974, p. 40).

Amstad diagnosticou existir, à época, um empobrecimento generalizado da agricultura rio-grandense. Para ele, o principal problema dos colonos – mas não o único – era a existência de um desequilíbrio entre o poder de compra e de venda dos agricultores. Essa disparidade teria sua origem na dependência do Brasil em relação aos países estrangeiros industrializados, dependência internacional esta que comparou a uma nova forma de escravidão e uma ameaça para o país. Como consequência interna dessa dependência econômica, o colono, ao vender a sua produção agrícola nas casas comerciais, ganharia pouco dinheiro em troca porque essa mercadoria vendida conteria pouco valor agregado. Já para adquirir no mercado a tralha importada, teria que desembolsar um alto valor. Para fazer frente a essa dependência, sugeriu a redução das importações, a industrialização da matéria-prima local, a montagem de uma rede de proteção social, e a criação de

³ Conforme seus estatutos, o *Bauernverein* se dividia em associações de picadas, distritos e municípios. Os membros de uma picada ou de várias picadas formavam a Associação da Picada. As associações das picadas de um distrito formavam a Associação Distrital. As associações de distritos de cada município formavam a Associação Municipal. Finalmente, todas as associações municipais do Estado formavam a Associação Rio-Grandense de Agricultores (RABUSKE, 1974, p. 41).

uma grande associação de auxílio mútuo (GERTZ, 1992, p. 558-59). O temor dos padres era o de que o empobrecimento das colônias levasse à “caboclicização” dos teuto-brasileiros. Para tanto, a solidariedade e a cooperação entre os colonos seria, juntamente com a organização, diversificação, aumento da produtividade e industrialização da produção agrícola, o melhor corretivo para a situação (SCHALLENBERGER, 2001, p. 270-71).

Assim como já tinha havido uma convergência política entre o Partido do Centro e o Partido Republicano Riograndense, o pensamento do padre Amstad, no que concerne à economia, não estava muito distante das concepções defendidas e postas em prática pelos governos positivistas gaúchos. Embora defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência, o partido de Borges de Medeiros⁴ “não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. Admitia-se a intervenção do Estado na vida econômica, sempre que isso fosse necessário ao equilíbrio e à harmonia na sociedade” (HERRLEIN JR, 2001, p. 59). Os dois exemplos mais contundentes desse intervencionismo estatal ocorreram quando da encampação da malha ferroviária e da barra e porto do Rio Grande pelo Estado (MAESTRI, 2010).

Os governos republicanos acreditavam que as dificuldades econômicas do RS durante a República Velha advinham da sua dependência em relação ao setor pecuário-charqueador. Esse setor não estava voltado para o mercado interno, mas voltado para fora. Sem negligenciar a pecuária bovina, pretendiam diversificar a economia do estado e “importar” o mínimo necessário (FONSECA, 1983, p. 72). A saída seria diversificar e incrementar a produção agrícola. A produção obtida deveria ser direcionada para o mercado interno do próprio Estado, sendo o excedente “exportado”. Para tanto caberia ao poder público dotar o território de infraestrutura para movimentar a produção. Isso se daria com a construção de estradas de ferro e portos, mas também incentivando a colonização. Agregar valor através do beneficiamento de produtos primários também fazia parte da estratégia.

Foi nesse sentido que os governantes estimularam a expansão da colonização para o norte e noroeste do RS, promovendo a ampliação da classe de pequenos proprietários rurais (HERRLEIN JR, 2001, p. 64). E mais. Procurando diminuir o que consideravam serem tendências nefastas do mercado, os governos republicanos estimularam a união das classes produtoras em cooperativas, sindicatos e associações. Nesse sentido, PRR e catolicismo social andavam muito próximos.

Seja na Europa, seja nas áreas coloniais do sul do Brasil, o associativismo cristão estava longe de ser uma afronta ao capitalismo e à propriedade privada. No Velho Continente as ideias cooperativistas brotaram em um contexto de profundas transformações que entraram em curso com a desestruturação das relações feudais e da consolidação das relações capitalistas de produção (FRANTZ, 2012, p. 14). Foi especialmente a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa que o ritmo de vida e a forma de trabalho dos camponeses se alteraram

⁴ Com a morte de Júlio Prates de Castilhos, em 1904, Antônio Augusto Borges de Medeiros tornou-se o grande líder do PRR no Estado. Foi eleito presidente do RS em 5 quinquênios.

substancialmente. Nesse ambiente caótico, surgiram movimentos de contestação ao liberalismo e ao capitalismo. O cooperativismo europeu do início do século XIX nasceu da reação aos problemas sociais da época, sendo

uma proposta clara para fazer frente ao socialismo, diferenciada no conteúdo pela preservação da propriedade, com fim social, e pela busca do resultado e do lucro, visando à satisfação coletiva sem abandonar a individual. No cooperativismo os bens individuais não são abandonados, mas dispostos enquanto possibilidade de otimização deles mesmos e de qualificação da vida privada e social (SCHALLENBERGER, 2003, p. 12).

O cooperativismo que brotou em solo gaúcho um século depois foi concebido em decorrência da militância de lideranças religiosas e comunitárias no vácuo de uma política social do Estado. Nesse sentido, o *Bauernverein* buscou o desenvolvimento solidário e autônomo das comunidades coloniais alemãs do RS. Seus dois mais importantes e duradouros resultados, de acordo com Amstad, foram a fundação das colônias de Serro Azul (atual Cerro Largo) e de Boa Vista (atual Santo Cristo) e a fundação das Caixas Econômicas Rurais do sistema *Raiffeisen*. Às cooperativas de crédito seguiriam, mais tarde, as de produção de leite e de suinocultores (RABUSKE, 1974, p.37). A primeira iniciativa procurou reproduzir a produção familiar e a organização comunitária em áreas ainda não povoadas do RS, desafogando, desse modo, os lotes superpovoados de algumas das áreas coloniais. Já as Caixas de Crédito e Empréstimo viriam a se tornar importantes fomentadoras de desenvolvimento local/regional.

Em 1906, época em que atingiu seu auge, o *Bauernverein* possuía 2.000 associados. Se o número de componentes não era muito significativo, não se pode desconsiderar o fato de que, em tese, integrava os agricultores mais dinâmicos e esclarecidos, ou seja, aqueles agentes sociais mais interessados em promover a solidariedade e a organização entre os colonos.

O *Bauernverein*, que foi uma importante experiência associativa existente no início do século XX no RS, conheceu seu fim, segundo Gertz (1992), pelos seguintes motivos: a) pelo seu caráter interconfessional; b) por ser um projeto essencialmente agrário-camponês, o que o afastava dos interesses econômicos da elite urbana, principalmente dos banqueiros e comerciantes sediados em Porto Alegre; c) a pressão exercida pelo governo do Estado para que a Associação se transformasse em sindicato, o que acabou ocorrendo em 1909. Ao tornar-se sindicato, a entidade perdeu sua autonomia e vinculou-se aos interesses do Estado. Lideranças católicas e evangélicas luteranas abandonaram então a organização.

Decorridos pouco mais de 10 anos de funcionamento do *Bauernverein*, os católicos resolveram criar uma nova entidade central tendo por molde a Sociedade União Popular da Suíça. No IX *Katholikentage*, realizado de 25 a 27 de fevereiro de 1912, na cidade de Venâncio Aires, decidiram pela criação da Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul – *Volksverein für die deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul (St. Paulus*

Blatt, 1912, n. 1; *Kolonie*: 29/02/1912). A Sociedade União Popular foi, portanto, uma associação católica organizada pelos padres jesuítas em conjunto com lideranças católicas leigas e religiosas. A entidade buscava atender aos interesses religiosos, culturais, sociais e materiais dos teutos e seus descendentes do Rio Grande do Sul com vistas a manter sua catolicidade.

Diferentemente do *Bauernverein*, o *Volksverein* possuía caráter notadamente étnico e confessional. Seus dirigentes, espelhando uma determinação da congregação dos jesuítas, defendiam a preservação da língua alemã e da cultura germânica e a manutenção dos vínculos comunitários existentes. A respeito disso, os estatutos assim se referem: “A língua da associação será o alemão (...). Poderão ser membros da associação todos os católicos acima de 18 anos”.⁵ Consideravam esses elementos como sendo de relevância vital não somente para o sucesso do associativismo católico, mas também para impedir a degradação das relações sociais dos teuto-brasileiros.

A União Popular procurou organizar-se em distritos que eram divididos em seções. A entidade era formada por diferentes categorias profissionais, integrando segmentos sociais da cidade com os do meio rural. Apenas um ano após ser fundada, já contava com 60 distritos (5 dos quais localizados em Santa Cruz) e com cerca de 7.000 associados. Em 1914, o número de sócios subiu para 9.000 (SCHALLENBERGER, 2001, 316).⁶ Durante a I Guerra Mundial (1914-1918), as atividades do *Volksverein* diminuíram significativamente em decorrência da repressão à língua e à cultura germânica, que passou a ser promovida pelo governo brasileiro. Também os *Katholikentage*, que eram a força motriz de mobilização dos teuto-brasileiros, deixaram de ocorrer depois de 1916, sendo retomados apenas em 1926 (GERTZ, 1992, p. 567). Refletindo esses acontecimentos, em 1922 o número de sócios do *Volksverein* baixou para cerca de 3.000 e, posteriormente, teria caído para cerca de 1.900 associados. A partir de 1926 a sociedade conseguiu se reerguer. Em 1928, contava com 7.900 integrantes e, em 1930, com 10.000 associados (SCHALLENBERGER, 2001, p. 379-86).

O periódico *Sankt Paulus-Blatt* (KLAUCK, 2009) passou a ser o órgão oficial de divulgação do *Volksverein*. Além dele, também o almanaque *Der Familienfreund* e o jornal *Volksblatt* foram grandes divulgadores do *Volksverein* e do social-catolicismo.

O *Volksverein* continuou e expandiu algumas das experiências pioneiras

⁵ *Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul. Statutenentwurf*. Esses estatutos estão publicados em *St. Paulus Blatt*, 1912, n. 1.

⁶ A partir de uma estatística extraída do *Volksblatt*, de 27 de junho de 1934, o autor, na página 400 da sua tese, apresenta uma relação dos 60 distritos da União Popular existentes no RS. Na Colônia Velha, havia 23 distritos; na Colônia Nova, 18; na denominada “Colônia do Meio”, que abrangia a maior parte dos vales dos rios Taquari e Pardo, existiam 19 distritos nas seguintes localidades: Poço das Antas, Arroio Grande, Bom Retiro, Estrela, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Santa Clara, São Gabriel da Estrela, Venâncio Aires, Santa Cruz, Rondinha, Vila Tereza, Boa Vista, Sinimbu, Monte Alverne, Rincão Del Rei, Passo do Sobrado e Agudo. No distrito de Venâncio Aires, por exemplo, havia núcleos de associados nas seguintes localidades: Santa Emília, Sampaio, Santa Tereza, Arroio Bonito, Palanque, Estância Mariante, Cecília, Isabela, Grüne Jäger e mais o da cidade (FINKLER, 1999, p. 30).

iniciadas com o *Bauernverein*. Dentre outras atividades, estimulou o associativismo, sendo as Caixas Rurais o maior resultado desse trabalho, e pugnou pela criação de novas colônias agrícolas. A partir de 1926, colonos originários do RS passaram a ocupar lotes de terra no Oeste do estado de Santa Catarina, promovendo a colonização de Porto Novo - Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (RAMBO, 2012, p. 72).

O surto de crédito cooperativo teve início em 1902, com a fundação, na Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis, da Caixa Rural de Nova Petrópolis, que foi a primeira do gênero no Brasil e na América do Sul (PINHEIRO, 2008, p. 27). Sua atividade bem-sucedida inspirou e incentivou a proliferação de Caixas Rurais em Bom Princípio, São José do Herval, Cerro Largo, Venâncio Aires, Poço das Antas, Santa Maria, Colônia Selbach, Harmonia, Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Santo Cristo, Rolante, Taquara, Arroio do Meio, Três Arroios, Roca Sales, Serra Cadeado, Sobradinho e Santo Ângelo.

Em 1925, contando com a adesão de 18 Caixas Rurais, foi criada a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a primeira cooperativa central unicamente de crédito do Brasil (FREITAS, 1990, p. 176; PINHEIRO, 2008, p. 29). Em 1933, essa central contava com 34 cooperativas de crédito organizadas no Sistema *Raiffeisen* e se autoproclamava responsável pelo surgimento de cooperativas de produção, especialmente no ramo do leite, da banha e de cereais (SCHALLENBERGER, 2001, p. 395). O raio de ação da instituição havia se expandido pelos vizinhos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Entre 1902 e 1964, surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo *Raiffeisen* somente no Rio Grande do Sul (PINHEIRO, 2008, p. 28). As cooperativas de crédito sofreram um duro golpe durante a ditadura militar (1964-1985) quando passou a haver restrições, impostas pelo Banco Central do Brasil, para seu funcionamento (ALMEIDA, 1987). Foi somente a partir do final da década de 1980 que as cooperativas que sobreviveram conseguiram sair da letargia e passar a crescer, dentro dos limites impostos pela oligopolização do sistema financeiro nacional, dominado por um pequeno número de grandes bancos, e deram origem ao Sistema SICREDI (VOGT, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem do cooperativismo gaúcho está umbilicalmente ligada ao associativismo cristão. Constituiu-se, em grande parte, de uma recriação e adaptação à realidade regional de uma experiência anteriormente colocada em prática por católicos alemães na Europa. No velho continente, o catolicismo social assumiu uma roupagem nitidamente conservadora. Objetivando manter a ordem e os valores culturais vigentes, contrapôs-se inicialmente ao avanço do capitalismo e dos ideais liberais e iluministas e, posteriormente, aos ideais democráticos e à ideologia socialista. Já em solo gaúcho, o catolicismo social assumiu um caráter progressista.

Decorridos cem anos da fundação do *Volksverein*, o caráter progressista, quase mítico desse social catolicismo, vem à tona. Estudiosos da colonização alemã, lideranças religiosas e cooperativistas alçaram o cooperativismo a uma condição de terceira via para o desenvolvimento, uma via alternativa tanto ao capitalismo liberal quanto ao socialismo de Estado. Por isso, o catolicismo social, aplicado às diversas regiões de colonização germânica do RS, passou a ser enaltecido. É que ali está o berço, a origem do sistema cooperado. As regiões coloniais se identificaram no passado por constituírem uma consolidada tradição comunitária e pelo desenvolvimento de uma infinidade de práticas solidárias e associativas. Essa tradição, em que pese ter sido percebida pelos colonos como uma saída viável no plano socioeconômico para suas necessidades materiais de existência, não deixou de ter características conservadoras e excludentes. Conservadora por ser um movimento de adequação ao capitalismo, sistema econômico que a produção obtida nas regiões coloniais acabou por ajudar a desenvolver. Excludente porque atuava praticamente somente sobre a população de origem alemã e católica. Assim, a solidariedade, tanta vezes enaltecida e enfatizada, tinha barreiras étnicas e religiosas bem definidas.

Mas, por outro lado, uma leitura atenta de Karl Polanyi (1980) permite afirmar também que, não obstante ter um pé na religião e outro na etnia alemã, o associativismo cristão, ao tecer uma intrincada rede de solidariedade, cooperação e proteção social, colaborou significativamente para impedir a desarticulação comunitária e a degradação do tecido social dos teuto-descendentes do RS diante do mercado autorregulável que se estabelecia e se consolidava. Foi fundamental para desenvolver a autoconfiança e a autoestima de muitos dos imigrantes que, de potenciais marginalizados, em um ambiente desconhecido e hostil, transformaram-se em atores de seu próprio destino. Colaborou, nesse sentido, para o desenvolvimento de vastas regiões coloniais existentes no Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda*. Florianópolis, 1987 (Trabalho de Pesquisa para Concurso de Professor Titular do Departamento de História da UFSC).

AMSTAD, Teodoro. *Memórias autobiográficas*. Tradução e anotações por Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BALÉN, João Maria et al. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 2. O Rio Grande antigo. Canoas: Ed. Regional Ltda. 1956.

BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL S.A. *Um símbolo de confiança em negócios bancários* - 1904/1954. Porto Alegre: Gress, Trein & Cia. Ltda. 1954.

DREHER, Martin. Os imigrantes alemães e a religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

FINKLER, Arthur. Os imigrantes alemães em Venâncio Aires. *Redes* – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. 150 anos de colonização em Santa Cruz do Sul, 1849-1999. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 4, p. 26-31, ago. 1999.

FONSECA, Pedro C. D. RS: economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz – 1919 a 1963*. Florianópolis, 1990 (Dissertação de Mestrado em História da UFSC).

GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas* – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre: v.37, n. 138, dez. 1992.

HERRLEIN JÚNIOR. Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889 – 1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional* Campinas, 2001 (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas na UNICAMP).

KLAUCK, Samuel. *O apostolado da imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)*. Curitiba, 2009. (Tese de Doutorado em História da UFPR).

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991.
KREUTZ, Lúcio; KUIAVA, Evaldo Antônio; NODARI, Paulo César. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. *História Unisinos*, v. 15, n. 1, jan./abr. 2011. p. 91-99.
MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – 160 anos de história*. Porto Alegre: EST, 1984.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito*. História da evolução normativa no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: 1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, *Anais ...* São Leopoldo: Gráfica Rotermond, 1974.

RADÜNZ, Roberto. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho no século XIX*. Caxias do Sul/Santa Cruz do Sul: EDUCS/EDUNISC, 2008.

RAMBO, Arthur Blasio. *A escola comunitária teuto-brasileira: a Associação dos Professores e Escola Normal*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

RAMBO, Arthur Blasio. A sociedade União Popular – projeto de promoção humana. In: RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.

SACHSSE, Cristoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. *Veritas – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre: v.37, n. 138, dez. 1992.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e desenvolvimento social Sul-brasileiro*. Porto Alegre, 2001 (Tese de Doutorado em História na PUC-RS).

SHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. *Revista Mediação*, Londrina, v. 8, n. 2. p. 9-26, jul./dez.2003.

SHALLENBERGER, Erneldo; SCHALLENBERGER, Clair T. A. Catolicismo social como modelo. In: RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul, 2006 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional na UNISC).

Submetido em 27/11/2012

Aprovado em 03/05/2013

Sobre os autores

Olgário Paulo Vogt

Professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

Endereço: Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – 96815-900 – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil.

E-mail: olgario@unisc.br

Roberto Radünz

Professor do Departamento de História e Geografia da UNISC e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul.

Endereço: Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – 96815-900 – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil.

E-mail: radunz@unisc.br